

**UNIVERSIDADE CATOLICA PORTUGUESA**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS POLITICOS**  
**IEP**  
**ESTORIL POLITICAL FORUM – 26th ANNUAL EDITION**  
International Meeting in Political Studies  
June 25 – 27/2018

**Painel: Africa: The Rising Continent**

**Tema: A Construção do Estado Pós-Colonial em África e os desafios do Renascimento Africano.**

**By Raul Tati, MP**

**ABSTRACT**

When we talk about Africa, the first question we cannot ignore or dismiss is the following: What Africa are we talking about? This is the problem of African identity. This question seems very easy, but in fact it can bring some theoretical difficulties as well as ideological trap which many researchers fall into. We think it's very important to deconstruct certain identity categories based on stereotypes. This premise will be the basis for the argumentation we intend to share on post-colonial State in Africa as well on the African Renaissance, the challenge posed by the African Union during the 50<sup>th</sup> anniversary of African Union Organization (UAO) in May 2013. We argue that issues like political conflicts, democracy, development, cosmopolitanism, etc., should be studied within the logic and dynamics of the Post-colonial State in Africa. Apart from this logic we will fall into the error of developing Afrocentric Theories that are as harmful as the Eurocentric Theories. We want to say that we have to look for new categories to study the African Continent without being trapped by "conventional wisdom". To demystify and deconstruct are very important tasks in the African researches. We must have courage to reject the truths cloistered in biological prejudices of race or in a pretending homogenous cultural heritage in Africa. Within Africa there are many political and sociological dynamics and a plurality of perspectives. Therefore the present paper does not intend to answer the question posed at the beginning but intends to answer the reason of the question.

**Key words:** Africa – Post-colonial State – African Renaissance – Democracy – Development

## Introdução

Ao prefaciar a obra historiográfica da brasileira Leila Hernandez com o sugestivo título “África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea”, o renomado escritor moçambicano Mia Couto conta, em primeira pessoa, a seguinte experiência: «Aconteceu num debate, num país europeu. Da assistência, alguém me lançou a seguinte pergunta: Para si, o que é ser africano? Falava-se, inevitavelmente, de identidade versus globalização. Respondi com uma pergunta: - E para si, o que é ser europeu? O homem gaguejou. Não sabia responder. Mas o interessante é que, para ele, a questão da definição de uma identidade se colocava naturalmente para os africanos. Nunca para os europeus. Ele nunca tinha colocado a questão ao espelho».<sup>1</sup> Este pequeno episódio traz à luz uma questão provocadora: «Quando se fala de África, de que África estamos falando? Terá o continente africano uma essência facilmente capturável? Haverá uma substância exótica que os caçadores de identidades possam recolher como sendo a alma Africana?»<sup>2</sup> A cilada está dentro desta mesma pergunta. «Afinal é a própria pergunta que necessita ser interrogada. São os pressupostos que carecem ser abalados. E onde se enxergam essências devemos aprender a ver processos históricos, dinâmicas sociais e culturais em movimento».<sup>3</sup> Esta premissa permite-nos fazer o enquadramento metodológico da nossa abordagem sobre a construção do Estado pós-colonial em África e os desafios do renascimento africano. O Estado pós-colonial - e os seus respectivos processos e dinâmicas históricas e políticas - vai ser a categoria fundamental deste estudo sem perder de vista a perspectiva do tema do painel: “*Africa, the rising continent*”. O nosso intento é de ensaiar aqui um esforço de desconstrução discursiva e ideológica que nos permita trilhar por um paradigma menos essencialista e mais dinamicista da realidade Africana.

---

<sup>1</sup> HERNANDEZ, LL, (2008), *A África na Sala de Aula. Visita à História Contemporânea*, Selo Negro Edições, (2ª edição), p.11 (vide Prefácio)

<sup>2</sup> Ibidem

<sup>3</sup> Ibidem

## 1. O problema identitário: um escólio para os estudos africanos?

No sec.XXI, depois das duas Grandes Guerras, da Guerra Fria e do crepúsculo do império colonial euromundista que marcaram o século XX ou a “Era dos Extremos” como lhe cunhou Eric Hobsbawm,<sup>4</sup> veio à ribalta o problema das identidades paralelamente ao globalismo ora em marcha. O problema identitário voltou hoje na agenda dos areopágos internacionais. Para Samuel Huntington<sup>5</sup> o mundo em que vivemos hoje é como se trouxesse em gestação um conflito inevitável que vai fazer com que o choque das principais civilizações engendre uma «Terceira Guerra Mundial», que estaria virtualmente em curso. Na base de tudo estaria o problema identitário. Segundo o autor, o maior problema que o mundo enfrenta depois da Guerra Fria é o das identidades. O pós-Guerra Fria está sendo marcado pelo «início de mudanças dramáticas nas identidades dos povos e nos símbolos dessas identidades.»<sup>6</sup> Pelo que «a política global começa a ser reconfigurada tendo em atenção factores culturais.»<sup>7</sup> Nesta lógica argumenta o autor:

«No mundo pós-guerra fria as diferenças mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou económicas. São culturais. Os povos e as nações estão a tentar responder à mais básica questão que os seres humanos enfrentam: quem somos nós? E respondem a esta pergunta de forma mais tradicional, tendo como referência o que mais conta para eles. As pessoas definem-se em termos de ascendência, religião, língua, história, valores e instituições. Identificam-se com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, a nível mais amplo, civilizações. As pessoas usam a política não só para promoverem os seus interesses, mas também para definirem a sua identidade.»<sup>8</sup>

Este pensamento de Huntington, embora a sua profecia “apocalíptica” esteja a ser desmentida pela realidade internacional já que o cenário de uma nova Guerra Mundial é cada vez mais inverosímil, sugere no entanto que o problema identitário é universal. Não é apenas um problema africano. Na verdade, os novos fenómenos sociológicos contemporâneos como as migrações, o cosmopolitismo<sup>9</sup>, e o próprio globalismo, abriram uma autêntica brecha para a

---

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric, (1996), *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX (1914-1991)*, Editorial Presença,Lisboa.

<sup>5</sup> HUNTINGTON, Samuel, (2009) *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, (4,ªedição).

<sup>6</sup> Ibidem, p.19

<sup>7</sup> Ibidem

<sup>8</sup> Ibidem, p.28

<sup>9</sup> «O discurso cosmopolita hodierno aponta para a emergência de uma comunidade imaginada definida em termos da rede societal de cidadãos à escala mundial, facilitadora de políticas integradoras. A sua novidade reside no ângulo de visão: numa ideia de cultura internacional e em maneiras de estar e de viver mais abertas e pacíficas, e numa grande capacidade de adaptação aos mais diversos entornos. Um elemento nuclear da tese da sociedade cosmopolita é, pois, a de que ela representaria muito mais do que mero

crise das identidades que, a nosso ver, é precursora da busca das identidades perdidas ou renegadas por alienação activa ou passiva que hoje podemos aferir em fenómenos como os nacionalismos, os etnocentrismos, a xenofobia, os proteccionismos de todos os timbres, etc, etc. De algum modo, os fundamentos identitários tradicionais vêm-se hoje confrontados com a nova realidade dum «rede societal de cidadãos à escala mundial»<sup>10</sup> que desafia o paradigma das identidades desenhadas por pertenças étnicas, estaduais ou civilizacionais, como pretende Huntington. Entretanto, se por um lado, temos por seguro que não há futuro sem raízes, por outro, quer do ponto de vista estrutural, quer doutrinal, o mundo de hoje carece de um padrão específico e inquestionável. Por esta razão, ao abordarmos a realidade africana preferimos não embarcar em padrões estereotipadas de análise como a raça, a etnia, a cultura, ou a geopolítica. Expressões como “África negra”, “África subsaariana”, “guerras interétnicas ou tribais”, estão sobejamente consagradas como categorias conceptuais estruturantes da “sabedoria convencional” sobre o continente africano, mormente quando se trata de definir a geografia da pobreza ou do subdesenvolvimento. Essas abordagens desembocam invariavelmente no **afropessimismo** ou no **afrocepticismo**. Entendemos que estas categorias estão eivadas de estereótipos ideológicos enquistados nos postulados pseudocientíficos defendidos por eminências oitocentistas (Hegel, Levy-Bhrul, Arthur de Gobineau, Eugène Pittard, Coupland, Gaxote, etc.) sobre a inferioridade congénita do homem “negro” (“o cafre”), despojado das luzes da civilização, para justificar a epopeia “civilizadora” e o missionarismo ocidental. Essa ideologia de dominação não só minou a oportunidade histórica dum verdadeiro **encontro humano** de civilizações durante a gesta dos “descobrimientos” do século XV como inventou a África “africanizada” ou a África “submissa” que o “descolonizado” do século XX pretende hoje desconstruir com a reinvenção dum África “africana”, soberana do seu destino, ancorada na sua ancestralidade e ao mesmo tempo impelido por uma guinada modernista. Mas essa nova realidade projecta-se a partir da categoria do Estado-pós colonial. E aqui também colocam-se alguns problemas.

## 2. A construção do Estado pós-colonial em África e o desafio do Renascimento africano

O primeiro grande desafio das sociedades pós-coloniais em África foi a construção do Estado pós-colonial e a transição de um paradigma de

---

crescimento das interações horizontais entre os Estados – tem o potencial de transformar positivamente os padrões comportamentais clássicos desses mesmos Estados nas relações internacionais. Numa era de velocidade global, o cosmopolitismo constitui um traço vital no cenário mundial, contendo importantes virtualidades impulsionadoras da sociedade civil transnacional – contrariando nacionalismos exacerbados, práticas proteccionistas e tentações etnocêntricas, embora constitua ele mesmo mais um elemento das contradições de um sistema ubíquo, só parcialmente globalizado»: LOBO-FERNANDES, Luis, *Cosmopolitismo*, in MENDE, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), *Enciclopédia das Relações Internacionais*, (2014), D. Quixote, Alfragide, p.117

<sup>10</sup> Ibidem

**sociedades dominadas** para um paradigma de **sociedades livres** e soberanas assentes no republicanismo. Essa transição não pode ser vista apenas como uma simples transmissão do poder dominante (colonial) para as novas soberanias africanas. Seria uma visão reducionista do ponto de vista da análise. Em nossa opinião, existem fundamentalmente três implicações indescutíveis na construção de uma epistemologia de análise sobre o assunto: a primeira é o peso da herança inescapável do Estado colonial e de toda a sua máquina burocrática, institucional e cultural; a segunda tem a ver com a paradoxal construção do Estado-nação “destribalizado” a partir das idiosincrasias tribais; a terceira é o valor simbólico da independência no imaginário colectivo das sociedades africanas pós-coloniais.

O peso da herança colonial na idiosincrasia dos antigos colonizados não pode ser ignorado quando queremos abordar a questão do nascimento ou da criação do Estado pós-colonial em África. De certa maneira, convenhamos, o Estado pós-colonial (também dito independente) é produto cultural ou “civilizacional” do Estado colonial. Numa linguagem dialéctica diríamos que aquele é a síntese da luta revolucionária ou emancipalista enquanto negação do colonialismo. No caso de Angola (v.g.), enquanto produto colonial, o Estado pós-colonial herdou a actual unidade territorial que passou a ser o espaço físico da epifania do Estado nascituro de Angola. Estava assim plasmado no artigo 3.º do Acordo de Alvor: «Angola constitui uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais (...)». Por conseguinte, as autoridades vicárias consagraram assim o mapa colonial como mapa do novo Estado. O mesmo aconteceu em quase toda a África. A OUA (1963) recusou-se a fazer uma revisão das fronteiras coloniais tendo consagrado o princípio da «intangibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo». Ao longo dos anos, os conflitos fronteiriços e identitários originados por essa decisão desestabilizaram política e militarmente o continente. Outras heranças do colonialismo que podemos aqui aferir em relação ao primeiro ponto têm a ver com o próprio ordenamento jurídico (sobretudo as Constituições) e a adopção das línguas europeias (o Português, o Francês, o Inglês, o Espanhol) como línguas oficiais nos territórios descolonizados. Passados mais de cinquenta anos de descolonização essas línguas continuam a deter o status de primazia. Estamos por conseguinte diante de uma sociedade pós-colonial cujos padrões que hão-de servir para a construção da nova realidade estão bem arraigadas na realidade colonial. Desde logo, esta constatação leva-nos a concluir que o Estado pós-colonial não é uma ruptura absoluta e total em relação ao Estado colonial. É seu produto. Não se pode fazer tábua rasa a toda a experiência política, administrativa e cultural euromundista que ao longo de vários séculos amalgamou as sociedades africanas. É neste sentido que Emmanuel Terray afirma que é necessário interrogar-se sobre o peso e o modo de intervenção do passado na realidade contemporânea da África. Argumentando sobre essa posição, o autor escreve o seguinte:

«Já não se vê hoje a conquista colonial como uma espécie de sisma que tenha feito tábua rasa de toda a experiência política adquirida ao longo dos séculos anteriores. Essa experiência permanece eficaz em vários planos: ela fornece aos

governantes e governados modelos de interpretação e de identificação, ela determina de modo significativo os procedimentos da representação e das escolhas políticas: quer se pense na vitalidade do consenso, em todos os níveis de governação e da administração, como modo de elaboração da decisão; quer se pense igualmente nas transformações profundas (...) que incidem na eleição quando é transplantada para o continente africano...»<sup>11</sup>

Segundo ainda o mesmo autor, o período colonial não pode ser visto apenas como uma espécie de parêntese que a independência veio fechar. As instituições políticas e administrativas importadas pelos europeus não são simples fachadas ao abrigo das quais continuaria o jogo político de acordo com as regras herdadas do passado. E argumenta ainda: «os grupos dirigentes apropriaram-se dos aportes exteriores e manusearam-nos de acordo com os seus projectos e interesses, mas eles tiveram ao mesmo tempo de aceitar as suas normas e o resultado é uma realidade *sui generis* para a qual teremos de inventar categorias novas.»<sup>12</sup>

Em relação à construção do Estado-nação, é consabido que o conceito é novo em África e tem a sua consagração a partir das independências africanas. Na Europa, e um pouco noutras paragens do mundo, as nações criaram os Estados no sentido de que a cada nação devia corresponder um Estado, embora houvesse também casos de Estados plurinacionais. Para o Professor Adriano Moreira «a primeira afirmação legal do modelo Nação-Estado, que é de origem ocidental, aparece apenas quando, no rescaldo da guerra de 1914-1918, o idealismo do Presidente dos EUA Woodrow Wilson venceu (...) o chamado “cinismo de Clemenceau”, no “Conselho dos Quatro”, na Conferência de Paris que reuniu para definir a Paz, de 18 de Janeiro a 28 de Junho de 1919, em Versalhes.»<sup>13</sup>

«Entre os famosos pontos de Wilson figurou o princípio de que a cada Nação deve corresponder um Estado, exigência fundamental, no seu pensamento, para eliminar conflitos futuros, dando a cada “povo” o direito da livre disposição: assim acabou a configuração dada à Europa pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Império Russo, Império Turco. Nessa data, a questão dos Impérios Coloniais, em que avultava a África, não foi encarada segundo o mesmo princípio, que apenas depois da guerra de 1939-1945 viria a orientar a ONU, sucessora da Sociedade das

---

<sup>11</sup> TERRAY, Emmanuel (dir.), *L'Etat Contemporain en Afrique*, Editions L'Harmattan, Paris, 1987, p.10: «On ne regard plus aujourd'hui la conquête coloniale comme une sortie de séisme qui aurait fait table rase de toute l'expérience politique acquise au cours des siècles antérieures. Cette expérience demeure efficace sur bien des plans: elle fournit aux gouvernants comme aux gouvernés des modèles d'interprétation et d'identification, elle détermine de façon très prégnante les procédures de la représentation et du choix politiques: qu'on songe à la vitalité de la palabre, à tous les niveaux du gouvernement et de l'administration, comme mode d'élaboration de la décision; qu'on pense également aux transformations profondes (...) que subit l'élection lorsqu'elle est transplantée sur le continent africain...»

<sup>12</sup> Ibidem: «les groupes dirigeants se sont appropriés les apports extérieurs et les on aménagés selon leurs projects et leurs intérêts, mais ils en ont du même coup accepté les normes, et le résultat est une réalité *sui generis* pour laquelle nous devons inventer des categories neuves.»

<sup>13</sup> MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação* (Preâmbulo), in MOCO, Marcolino, Angola – Estado-Nação ou Estado-Etnia? Marmoco Criações, Luanda/Lisboa, 2015, p.xxiii

Nações.»<sup>14</sup>

Ora, a emancipação política Africana foi despoletada dentro do espírito wilsoniano que mais tarde ficou incorporado no princípio onusiano da autodeterminação dos povos. Nessa perspectiva, as antigas colónias foram convertidas em Estados e estes é que começaram a empreitada complexa da construção da nação a partir de uma realidade antropológica e sociológica que tem a tribo como matriz e como base residual. Jean Ziegler, Professor de sociologia na Universidade de Genebra e no Instituto universitário dos Estudos de Desenvolvimento de Genebra, estudioso atento das dinâmicas modernas das sociedades africanas, usa a expressão “protonação” (do grego *protos*: “rudimentar”, “primitivo”) para designar as sociedades políticas africanas. A “protonação” seria, no seu entender, a forma de sociedade mais comum em África. «Não se trata de uma nação acabada e que se teria pervertido. Ela não é mais uma etapa no caminho da reconstrução nacional. Ela é uma pura criação do imperialismo.»<sup>15</sup> E justifica a sua opinião nestes termos:

«A protonação é o produto duma conjuntura particular do advento do imperialismo: ela foi estabelecida pelo imperialismo, primeiro com a assistência dos imperialismos secundários no momento em que, na saída da Segunda Guerra Mundial, o sistema de dominação planetária do capital recolocava, reequilibrava e reorientava a sua estratégia.

A protonação já não é mais uma “pseudo-nação” uma vez que ela faz nascer um sentimento “nacional”, um consenso “nacional”. A protonação possui portanto uma consciência colectiva, uma identidade estruturada. (..) a consciência protonacional está investida duma tendência forte para a imitação, para a reprodução dos hábitos de consumo, dos esquemas imperialistas de pensamento. A protonação é uma sociedade heterogênea onde a burguesia dos compradores, que é o núcleo dirigente da protonação, é obrigada a negociar o seu poder com outras forças sociais.»<sup>16</sup>

A situação dos actuais países africanos, segundo o pensamento deste autor, seria uma encruzilhada entre os interesses internos e os interesses externos, entre a tradição e a modernidade. Nos territórios sob dominação europeia onde decorreram as lutas de libertação nacional, como é o caso de Angola, embora tenha havido uma insofismável base tribal dos seus movimentos independentistas, o discurso político e a praxis libertária que empreenderam

---

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> ZIEGLER, Jean, *Le Pouvoir Africain*, Éditions du Seuil, s/l, 1979, p.16: «La protonation (...) est aujourd’hui la forme plus répandue en Afrique. Elle n’est pas une nation achevée et qui se serait pervertie. Elle n’est pas non plus une étape sur la route de la construction nationale. Elle est une pure création de l’imperialisme».

<sup>16</sup> Ibidem: «La protonation n’est pas non plus une “pseudo-nation” puisqu’elle fait naître un sentiment “national”, un consensus “national”. La protonation possède donc une conscience collective, une identité structurée. (...) la conscience protonationale est investie d’une tendance puissante à limitation, à la reproduction des habitudes de consommation, des schèmes de pensée impérialistes. La protonation est une société hétérogène où la bourgeoisie compradore, qui est le noyau dirigeant de la protonation, est obligée de négocier son pouvoir avec d’autres forces sociales.»

deixaram transparecer um esforço para ultrapassar o estágio tribal através dum processo de “transtribalização”. O nacionalismo ou o protonacionalismo<sup>17</sup>, enquanto ideologia libertária, encarna essa realidade. Ora se assim for, admitindo que a consciência de nação já era uma realidade mobilizadora da luta, o Estado teria sido então uma emanção lógica da protonação. Por outro lado, se por ventura não pudermos aqui demonstrar e provar a existência de um sentimento e de uma consciência nacional e de uma identidade comum antes da independência, nesse caso a ideia de nação passaria por uma espécie de “identidade territorial”, isto é, conferir *tout court* a designação de nação a todos os povos que habitavam então o território de Angola, e os demais em África, durante a vigência do domínio colonial.<sup>18</sup> Todavia, se assim não for também não é um problema grave, pois defende o Professor Adriano Moreira, citando Acton, de que «em regra não é a Nação que origina o Estado, é o Estado que origina a Nação». E argumenta com exemplos: «Desta visão é exemplo Portugal (síntese de nativos, romanos, alanos, vândalos, suevos, visigodos, muçulmanos, africanos) que se tornou na mais antiga Nação da Europa, o Reino Unido e a Espanha, que, não obstante a submissão política ao mesmo Estado, são multinacionais.»<sup>19</sup> Provavelmente o Estado-nação pós-colonial em África tenha sido produto natural do Estado-nação colonial, mas também pode ser resultado do mimetismo, já que em teoria todos os Estados modernos são Estados-nação, como sustenta Maria de Fátima Amante.<sup>20</sup> Richard Dowden faz uma incursão interessante sobre este assunto numa obra que é resultado do seu trabalho de pesquisa em vários países africanos, sobretudo, os da África a Sul do Sahara. Ao abordar o fim do colonialismo depara-se com uma realidade: «novos Estados, velhas sociedades.» E argumenta que os novos presidentes herdaram o poder total dos regimes coloniais, mas os Estados que eles governaram eram produto das antigas sociedades africanas, enquanto autogoverno e ainda porque se mantinham juntos através das suas próprias redes de poder e influência. Procurar usar os instrumentos do modelo ocidental de Estado republicano para controlar essas sociedades enraizadas era como se se quisesse «domesticar gatos com um manual para adestrar cães». Destaca, por conseguinte, como em qualquer outra parte do mundo, a importância da etnicidade e da cultura. Infelizmente, o tribalismo foi usado na construção do Estado pós-colonial em África como pretexto para o estabelecimento da unidade nacional, na medida em que os líderes mobilizavam apoiantes da sua própria etnia ou religião (cristãos versus

---

<sup>17</sup> Cf. ANDRADE, Mário Pinto, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial: 1911-1961*, Publicações Dom Quixote, Verona-Salamanca, 1998 (2.ª edição), pp.79-97

<sup>18</sup> «O território constitui um dos mais importantes elementos na caracterização do Estado-nação. Existe uma relação directa entre a sua emergência e a necessidade de ordenar territorialmente o espaço, fazendo uso da instituição “fronteiras” que perdem o carácter impreciso que as caracterizava até então e assumem uma importância cada vez maior»: AMANTE, MARIA de Fátima, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., p. 190

<sup>19</sup> MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação* (Preâmbulo), in MOCO, Marcolino, op. cit., p.xxiv

<sup>20</sup> AMANTE, Maria de Fátima, Estado-Nação, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), op. cit., p.191

muçulmanos e vice-versa) impondo a sua vontade política pela força.<sup>21</sup> Referindo-se à transição do poder para os africanos, defende que a independência restaurou oficialmente o poder em África para os africanos, mas os países criados e os sistemas que os europeus impuseram em África quando abandonaram não estavam enraizados na cultura ou experiência africana e não eram suficientemente fortes para travar as pressões sociais e étnicas que vieram logo à tona. A influência europeia – indirecta e por vezes directa – continua forte em África e,<sup>22</sup> como se não bastasse, aos europeus vieram juntar-se ainda a Rússia e a América (bipolarismo da Guerra Fria), que pretendiam garantir “estabilidade” forjando ditadores nos novos Estados para servir os seus interesses estratégicos e satisfazer os seus apetites económicos.<sup>23</sup>

Em relação ao significado da independência no imaginário colectivo africano, já tivemos ocasião de reflectir sobre o assunto numa pesquisa feita por nós anos atrás.<sup>24</sup> O nosso intento era o de fazer uma releitura do conceito de independência no contexto antropológico africano. O trabalho do teólogo e filósofo congolês, Ka Mana, ajudou-nos a reflectir sobre o assunto.<sup>25</sup> A sua análise tem como esteio, por um lado, a fenomenologia sócio-política e económica africana e, por outro lado, o simbolismo mitológico do imaginário social africano. Na sua perspectiva a independência aparece como um “sonho” ou um mito cheio de esperança que veio invadir a consciência do homem africano, como reacção à multissecular humilhação e dominação europeia:

«Quando, através do mito de identidade cultural e das suas exigências, a África negra tomou consciência daquilo que significou para o seu destino político os quatro últimos séculos da sua história; quando ela compreendeu que o seu encontro com o Ocidente foi durante todos estes séculos uma história de terror e de sangue, um processo doloroso de desvitalização crescente e de manifesta impotência, ela despertou da noite profunda com uma ideologia gloriosa e férrea: a independência. Um novo mito carregado de esperança invadiu assim as nossas consciências.»<sup>26</sup>

Quando no final da década de cinquenta e no dealbar de sessenta os povos africanos acediam ao exercício do seu direito à autodeterminação, o sonho ganhou corpo. As independências foram saudadas como o fim de uma era, o virar da página para uma realidade nova.

«Uma nova era se abria, um mundo novo nascia – o sol das independências resplandecia o horizonte como uma canção de esperança (...). A independência

---

<sup>21</sup> DOWDEN, Richard, *Africa. Altered states, Ordinary miracles*, Portobelo Books, Warwickshire, 2015 (New edition), pp.51-52

<sup>22</sup> Entendemos nesta lógica que as novas comunidades de integração e cooperação forjadas na era pos-colonial como a Fracofonia, a lusofonia ou a commonwealth não passam de máquinas ideológicas habilmente engendradas pelos antigos poderes coloniais para continuar a exercer uma espécie de paternalismo tutelar em relação aos países africanos.

<sup>23</sup> Ibidem, p.59

<sup>24</sup> TATI, Raul, *Crise Africana e Processo de Democratização em África. Pertinência e Implicações ético-antropológicas*, Colorestudio, Leiria, 1999, pp.57-64

<sup>25</sup> KA Mana, *L’Afrique va-t-elle mourir? Essai d’éthique politique*, Karthala, Paris, 1993, pp.76-77

<sup>26</sup> Ibidem, p.56

passou a ser assim um novo país das maravilhas, um mundo radiante dos nossos mais belos anseios. Resposta emotiva numa situação de total sufoco, ela tomou a forma duma opção para uma nova ordem das coisas.»<sup>27</sup>

Deste modo, esta nova mitologia passou a fecundar o “imaginário” do homem africano que via nela a única resposta justa a todos os seus problemas histórico-antropológicos. No entanto, não foram mais do que esperanças evaporadas numa espécie de “ilusão colectiva”. O pecado original das nossas independências estaria assim no facto de terem sido «mais sonhadas que pensadas», de terem sido “imaginariamente” celebradas sem passar às medidas práticas que teriam dado consistência às mesmas, tendo em conta os grandes imperativos e os múltiplos desafios que deviam ser assumidos no âmbito da autonomia política, económica, social e cultural. Entretanto, a lei dos factos fez saltar para o ar as ilusões do homem africano, empurrando-o então a pensar segundo os interesses partidários, da conquista e conservação do poder, dos conflitos sociais e interétnicos. As opções ideológicas também tiveram o seu papel determinante na orientação da ideia de independência. Ka Mana ilustra isso mostrando como uma das orientações ideológicas consistia em pensar e viver a independência à maneira duma “nostalgia lírica” virada para a recuperação da África tradicional. Trata-se, neste caso, duma predisposição em busca dos atavismos ancestrais como esteios para a construção duma África moderna inspirada nos antigos reinados e conjuntos políticos pré-coloniais. Todavia, essa tendência privilegiou mais as partes “folklóricas” concernentes à “orquestração” e “feiticização” dos poderes autocráticos e fantoches surgidos na África pós-colonial. Segundo o autor, reside aqui uma das razões do impasse africano, pois o colonialismo não foi enterrado, mas reaparece reciclado nas suas formas e nos seus métodos. Os novos senhores da situação, apesar dos discursos nacionalistas ou africanistas, em muitos casos não passavam de «marionetas» dos antigos senhores que os teleguiavam a partir das antigas metrópoles, transformando as independências em caricaturas. Diante disso, a questão levantada pelo autor é: onde estaria baseada a legitimidade política dos novos líderes: nas raízes da África tradicional ou na herança colonial? Ora, bem parece que os discursos africanistas ancoradas na **Negritude**, na **Personalidade Africana**, ou na **Autenticidade** serviram amiúde para camuflar o seu lígime mental ao sistema colonial, de tal modo que a sua actuação política veio trazer a lume uma progenitura directa do colonialismo a partir do qual assimilaram a linguagem e os métodos. A esta atitude designa por “teoria de aliança”, que consistiria no intento de redescobrir a tradição africana através dos esquemas mentais do colonialismo, como estratégia de evitar uma ruptura total com os antigos senhores. Esta “teoria da aliança” seria um sinal do malogro da independência idilicamente acolhida pelos africanos.

Neste sentido, considerando esses pressupostos, a ideia do renascimento africano lançada e assumida pela União Africana (UA) sob inspiração de Mandela e M’beki (1990) carece de uma fundamentação filosófica do ponto de vista da praxis discursiva. É um campo ainda enxuto que deve provocar a “voracidade”

---

<sup>27</sup> Ibidem

intelectual dos africanólogos (ou africanologistas) *intra* ou *extra muros*. Efectivamente, não está claro se o renascimento supõe o recuo à ancestralidade Africana ou a recuperação de valores sociais perdidos durante o longo percurso da dominação ocidental transformando-os em catalisadores do progresso material e espiritual do Continente. Pensamos que há muita coisa em jogo. Embora haja quem vê nisso um aspecto positivo (e realista) na perspectiva duma «refundação do tecido social e político no seio do espaço cívico»<sup>28</sup> é preciso ainda aprofundar os fundamentos desse novo paradigma que tem a pretensão de se constituir numa espécie de alijamento da carga ideológica negativa e dos preconceitos afropessimistas que enfermam a nossa maneira de “olhar a África”. Na nossa opinião o renascimento não pode ser uma empreitada arqueológica ou uma viagem a um passado “jurássico”. Se assim fosse a África estava condenada a eternizar-se no “mito da caverna” em apazível contemplação onírica dum passado que já não existe. Pelo contrário, pensamos que o renascimento deve ser encarado como um “*wake up and stand up*”, um despertar, um reencontro das diversas Áfricas na África “africana”, no esforço de explorar as suas potencialidades culturais e humanas transformando-as em factores catalisadores do desenvolvimento.

---

<sup>28</sup> TORRES. Adelino, *Crise ou Renascimento em África?*, in CARNEIRO, Emmanuel Moreira – FERREIRA, Manuel Eanes (coord.), *África Sub-Sahariana – Meio Século depois (1960-2010)*, Edições Colibri / Centro de Estudos Africanos do CIS, Lisboa, 2011, p.30

## Conclusão

A categoria da construção do Estado pós-colonial em África é uma tentativa de análise sobre a realidade socio-política e económica africana actual. Tentámos trazer ao debate uma questão muito negligenciada nos estudos sobre a África. Trata-se do problema epistemológico das perspectivas de análise da realidade africana. Tanto podemos enveredar pelas análises essencialistas onde a realidade africana fica reduzida a uma fotografia (geralmente pessimista) como podemos ter uma abordagem um pouco mais corajosa e mais construtiva indo em busca da inteligibilidade das suas dinâmicas sociais ancoradas na construção do Estado-nação pós colonial; aqui a realidade seria encarada como um filme com os seus avanços e recuos, os seus impasses e recomeços, os seus malogros e sucessos e as suas lutas nem sempre bem conseguidas pelo desenvolvimento e pela democracia. Recusamo-nos a olhar para África com uma espécie de *identikit* estereotipada ou como uma marca já consagrada no mercado da sabedoria convencional. Só nesta perspectiva podemos olhar para a África como um continente emergente.

## Referências bibliográficas

1. HERNANDEZ, LL, (2008) *A África na Sala de Aula. Visita à História Contemporânea*, Selo Negro Edições, (2ªedição).
2. HOBBSAWM, Eric, (1996) *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX (1914-1991)*, Editorial Presença,Lisboa.
3. HUNTINGTON, Samuel, (2009) *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, (4,ªedição).
4. LOBO-FERNANDES, Luis, *Cosmopolitismo*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), (2014) *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Alfragide.
5. TERRAY, Emmanuel (dir.), (1987) *L'Etat Contemporain en Afrique*, Editions L'Harmattan, Paris.
6. MOREIRA, Adriano, *O Modelo Estado-nação (Preâmbulo)*, in MOCO, Marcolino, (2015) *Angola: Estado-Nação ou Estado-Etnia?* Marmoco Criações, Luanda/Lisboa.
7. ZIEGLER, Jean, (1979) *Le Pouvoir Africain*, Éditions du Seuil, s/l.
8. ANDRADE, Mário Pinto, (1998/2.ªedição) *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial: 1911-1961*, Publicações Dom Quixote, Verona-Salamanca.
9. AMANTE, Maria de Fátima, *Estado-Nação*, in MENDES, Nuno Canas – COUTINHO, Francisco Pereira (org.), (2014) *Enciclopédia das Relações Internacionais*, D. Quixote, Alfragide.
10. DOWDEN, Richard, (2015/New edition) *Africa. Altered states, Ordinary miracles*, Portobelo Books, Warwickshire.
11. TATI, Raul, (1999) *Crise Africana e Processo de Democratização em África. Pertinência e Implicações ético-antropológicas*, Colorestudio, Leiria.
12. KA Mana, (1993) *L'Afrique va-t-elle mourir? Essai d'éthique politique*, Karthala, Paris.
13. TORRES. Adelino, *Crise ou Renascimento em África?*, in CARNEIRO, Emmanuel Moreira – FERREIRA, Manuel Eanes (coord.), (2011) *África Sub-Sahariana – Meio Século depois (1960-2010)*, Edições Colibri / Centro de Estudos Africanos do CIS, Lisboa.



